



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP SERVIÇOS DE TIC

Processo: 2025-06280843

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO

INTRODUÇÃO

O Estudo Técnico Preliminar – ETP é o documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação, tendo como principais objetivos demonstrar a real necessidade que justifica a contratação, analisar a viabilidade técnica para sua implementação e fornecer as bases iniciais para a elaboração do Termo de Referência.

Segundo o Art. 10 da Resolução CNJ 468/2022, é obrigatória a execução da fase de planejamento da contratação de Solução de TIC, independentemente do tipo de contratação, inclusive nos casos de:

- I – Inexigibilidade;
- II – Dispensa de licitação ou licitação dispensada;
- III – Criação ou adesão à ata de registro de preços de outro Órgão ou Entidade;
- IV – Contratações com uso de recursos financeiros de organismos internacionais;
- V – Contratação de empresas públicas de TIC; e
- VI – Termos de cooperação, convênios e documentos afins com uso de recursos financeiros de instituições nacionais

Referência: [Guia de Contratações de STIC](#) do Poder Judiciário instituído pela Resolução CNJ 468/2022.

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

No presente documento consta o Estudo Técnico Preliminar elaborado para a aquisição de Solução de TIC instruída no processo administrativo SEI 2025-06280843.

1.1. PREVISÃO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES (PAC)

A contratação pretendida está prevista no Plano Anual de Contratações - PAC 2026, registrada no PGC - Sistema de Planejamento Gerenciamento de Contratações sob DFD 634/2025.

1.2. ÁREA REQUISITANTE

Unidade Requisitante: Departamento de Sustentação de Tecnologia da Informação e Comunicação de Dados — DETIC

Nome do Responsável: Sidney Aloisio Ferreira Pryor - Matr. 10/19801

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro atualmente conta com um **balanceador de aplicação Citrix ADC 15080-50G**, cuja função principal é distribuir o tráfego de rede entre diferentes servidores, garantindo **alta disponibilidade, desempenho, resiliência e continuidade dos serviços críticos prestados à sociedade**. Esse recurso é fundamental



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP SERVIÇOS DE TIC

Processo: 2025-06280843

para assegurar que as aplicações institucionais permaneçam acessíveis e funcionem de forma estável, mesmo diante de picos de acesso ou falhas pontuais em servidores.

Além da função primordial de **balanceamento de carga**, o equipamento desempenha papel essencial no **gerenciamento seguro de acessos a aplicações corporativas**, incluindo funcionalidades de **offload de SSL, compressão, caching e monitoramento de desempenho**. Essas capacidades contribuem para otimizar a utilização da infraestrutura existente, reduzindo custos operacionais e melhorando a experiência do usuário final.

Atualmente, está em curso um **projeto de implantação de Web Application Firewall (WAF)**, cuja solução está sendo implementada no balanceador de aplicação. Essa integração reforça ainda mais a criticidade do balanceador dentro da arquitetura de segurança da informação do órgão, visto que ele atua como **primeira camada de proteção contra-ataques voltados a aplicações web**, mitigando riscos de exposição a vulnerabilidades.

Dessa forma, a manutenção e evolução da solução de balanceamento de aplicação se tornam indispensáveis para garantir a segurança, disponibilidade e continuidade dos serviços digitais do TJRJ. Além disso, considerando o término do contrato vigente em 30/06/2026, aliado à impossibilidade do atual fornecedor em renovar a contratação pelo valor atual (index 12366428), demonstrando-se a prorrogação do contrato financeiramente desvantajosa ao TJRJ, faz-se necessário iniciar os estudos preliminares para avaliar a viabilidade da continuidade do uso de balanceadores de aplicação, seja por meio de renovação contratual ou aquisição de nova solução tecnológica.

Em síntese, a presença de um balanceador de aplicação:

- **Assegura disponibilidade** dos serviços críticos do TJRJ;
- **Melhora o desempenho** das aplicações institucionais;
- **Atua como camada estratégica de segurança**, especialmente pela integração com o WAF;
- **Permite escalabilidade e flexibilidade**, essenciais para a evolução dos serviços digitais;
- **Garante conformidade** com boas práticas de governança e segurança da informação.

2.1. MOTIVAÇÃO/JUSTIFICATIVA

A descontinuidade do uso de uma solução de balanceamento de aplicação traria sérios riscos à operação tecnológica do TJRJ, com reflexos diretos na prestação de serviços à sociedade. Sem esse recurso, os sistemas corporativos ficariam sujeitos a interrupções frequentes, lentidão e falhas críticas, uma vez que o tráfego de rede deixaria de ser distribuído de forma eficiente entre os servidores. Isso poderia ocasionar indisponibilidades prolongadas, prejudicando a execução de atividades essenciais e afetando a imagem institucional.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP SERVIÇOS DE TIC

Processo: 2025-06280843

Além do impacto operacional, a ausência de um balanceador comprometeria investimentos já realizados em segurança da informação, em especial o projeto de implantação do Web Application Firewall (WAF). O WAF depende da infraestrutura de balanceamento para atuar como camada protetiva contra ataques direcionados às aplicações web. Sem o balanceador, a efetividade desse mecanismo de defesa seria severamente reduzida, ampliando a superfície de risco e tornando os serviços do órgão mais vulneráveis a incidentes cibernéticos.

Por outro lado, a continuidade da solução agrega valor estratégico sob diferentes aspectos:

Garantia de confiabilidade: o balanceador assegura que os serviços digitais permaneçam acessíveis mesmo diante de falhas em servidores ou aumento repentino de acessos.

Melhoria da experiência do usuário: a distribuição inteligente de tráfego resulta em aplicações mais ágeis e estáveis, fortalecendo a confiança dos cidadãos e servidores que utilizam os sistemas.

Proteção integrada: a associação com o WAF transforma o balanceador em um ponto central de segurança, reduzindo riscos e evitando prejuízos financeiros e reputacionais decorrentes de incidentes.

Eficiência e otimização de recursos: ao evitar sobrecarga e permitir escalabilidade, o balanceador prolonga a vida útil da infraestrutura existente, representando uso racional dos investimentos públicos.

Assim, a não continuidade dessa solução acarretaria indisponibilidade de serviços, vulnerabilidade a ataques, perda de eficiência e comprometimento da missão institucional. Já a sua manutenção — seja por meio de renovação contratual, subscrição de licenças ou substituição por nova caixa — representa a preservação da qualidade, da segurança e da confiabilidade dos serviços digitais do órgão, constituindo uma medida indispensável para sustentar a evolução tecnológica e atender às demandas crescentes da sociedade.

Assim, a continuidade da solução de balanceamento de aplicação, em qualquer das modalidades de contratação, constitui medida de alta relevância estratégica, garantindo a estabilidade, a segurança e a evolução dos serviços prestados pelo órgão.

2.2. NECESSIDADES DE NEGÓCIO

O TJRJ depende de uma infraestrutura tecnológica robusta para sustentar suas atividades e garantir a continuidade dos serviços digitais prestados à sociedade. Dentro desse contexto, a utilização de uma solução de balanceamento de aplicação se mostra essencial para assegurar que os sistemas corporativos funcionem de maneira estável, segura e escalável.

O balanceamento é necessário para:

Distribuir o tráfego de rede de forma eficiente entre múltiplos servidores, evitando sobrecarga em pontos isolados;

Garantir alta disponibilidade das aplicações críticas, reduzindo riscos de indisponibilidade que impactariam diretamente a prestação de serviços;

Assegurar a performance das aplicações, mesmo em cenários de aumento súbito da demanda;

Atuar como camada de proteção contra-ataques cibernéticos, em especial pelo uso integrado do Web Application Firewall (WAF) atualmente em implantação;

Otimizar o uso dos recursos existentes, permitindo que a infraestrutura atenda mais usuários sem degradação perceptível da experiência.

A necessidade do negócio, portanto, é manter uma solução que permita ao TJRJ prestar serviços digitais confiáveis, resilientes e seguros, assegurando tanto o cumprimento de sua missão institucional quanto a confiança dos cidadãos nos sistemas disponibilizados.

Sem uma solução de balanceamento, haveria riscos concretos de:

- Interrupções e falhas nos sistemas, prejudicando a execução das atividades finalísticas;
- Exposição a ameaças cibernéticas, devido à perda de integração com o WAF;
- Deterioração da experiência do usuário, com sistemas lentos ou indisponíveis em momentos críticos;
- Desalinhamento com boas práticas de governança em TI e segurança da informação, comprometendo a eficiência e a continuidade do serviço público.

Assim, a necessidade do negócio é inequívoca: o órgão deve contar com uma solução de balanceamento de aplicação capaz de garantir a disponibilidade, o desempenho e a segurança dos sistemas institucionais, sustentando a transformação digital e o atendimento das demandas crescentes da sociedade.

3. NECESSIDADES TECNOLÓGICA

Alto Desempenho e Capacidade de Processamento

- Suporte a alta taxa de throughput para aplicações críticas.
- Processamento otimizado de conexões simultâneas, garantindo estabilidade em cenários de grande volume de acessos.
- Capacidade de escalabilidade horizontal e vertical para atender demandas crescentes.

Balanceamento de Carga Avançado

- Distribuição inteligente de tráfego entre servidores de aplicação.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP SERVIÇOS DE TIC

Processo: 2025-06280843

- Suporte a múltiplos algoritmos de balanceamento (round-robin, least connections, least response time, entre outros).
- Redundância e failover automático entre servidores e data centers.

Segurança Integrada

- Integração nativa com Web Application Firewall (WAF).
- Proteção contra-ataques de negação de serviço (DoS/DDoS).
- Suporte a autenticação e controle de acesso avançado (AAA).
- Inspeção profunda de pacotes e proteção contra-ataques em camada 7.

Gerenciamento de SSL/TLS

- Offload de SSL/TLS para reduzir a carga dos servidores de aplicação.
- Suporte a criptografia forte e protocolos modernos de segurança.
- Gerenciamento centralizado de certificados digitais.

Aceleração e Otimização de Aplicações

- Caching de conteúdo estático para reduzir tempo de resposta.
- Compressão de dados para otimizar a utilização da largura de banda.
- Multiplexação de conexões TCP e otimização de protocolos de transporte.
- Monitoramento contínuo de performance e disponibilidade de servidores.

Virtualização de Instâncias

- Suporte a múltiplas instâncias virtuais independentes (SDX), permitindo consolidação de ambientes e isolamento de serviços.
- Flexibilidade para provisionar e gerenciar appliances virtuais conforme as necessidades da organização.

Alta Disponibilidade e Resiliência

- Funcionalidades de cluster ativo-ativo e ativo-passivo.
- Mecanismos de failover transparente.
- Continuidade dos serviços em caso de falha de hardware ou software.

Gerenciamento e Monitoramento Centralizado

- Console unificado de administração para instâncias virtuais e físicas.
- Integração com ferramentas de observabilidade e SIEM.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP SERVIÇOS DE TIC

Processo: 2025-06280843

- Recursos de logging detalhado e geração de relatórios para auditoria e conformidade.

Suporte a Protocolos e Aplicações Diversas

- Compatibilidade com aplicações web, serviços de diretório, autenticação, e protocolos como HTTP/HTTPS, TCP, UDP e SSL VPN.
- Integração com ambientes híbridos e multicloud.

Conformidade e Governança

- Aderência a padrões internacionais de segurança da informação.
- Capacidade de atender requisitos regulatórios de órgãos de controle.
- Suporte a boas práticas de governança de TI (ISO 27001, COBIT, ITIL).

4. DEMAIS REQUISITOS NECESSÁRIOS E SUFICIENTES À ESCOLHA DA SOLUÇÃO DE TIC

4.1. Requisitos gerais:

- Compatibilidade com as soluções existentes no TJRJ.
- Atendimento às exigências de disponibilidade, segurança e suporte técnico.
- Melhor custo-benefício considerando o ciclo de vida da solução.

A renovação da subscrição de licenças de uso de software para solução a ser utilizada no equipamento Citrix ADC SDX 15080-50G deve ser realizada exclusivamente junto ao fabricante Citrix ou por seus parceiros autorizados. Isso se justifica pelo fato de que o equipamento é uma solução proprietária, cujo funcionamento pleno e contínuo depende diretamente da aplicação de licenças originais fornecidas pelo próprio fabricante.

As licenças da Citrix garantem a habilitação dos recursos técnicos e das funcionalidades específicas do appliance, como balanceamento de carga, aceleração de aplicativos, compressão de dados, segurança avançada, alta disponibilidade entre outros. Somente a subscrição de licenças nativa da Citrix assegura a compatibilidade integral com o hardware, além de permitir a aplicação de atualizações de software, patches de segurança e suporte oficial, elementos indispensáveis para manter a solução atualizada, segura e em conformidade com as melhores práticas do mercado.

4.2. Requisitos de qualificação técnica:

As empresas licitantes deverão apresentar atestado(s) de capacitação técnica emitido(s) por Órgão do poder público ou por pessoa jurídica de direito privado, que comprove(m) ter fornecido subscrição de licenças de uso de software para solução de balanceamento de aplicação Citrix ADC, bem como ter prestado suporte técnico na solução,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP SERVIÇOS DE TIC

Processo: 2025-06280843

por no mínimo, 12 (doze) meses.

O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

4.3. Requisitos Temporais

O prazo de vigência da contratação será de 20 (vinte) meses, contado da data indicada no memorando de início, na forma do art. 106 da Lei Federal nº 14.133/21 e prorrogável a teor do disposto no art. 107 do mesmo diploma legal. Foi definido este prazo pois trata-se de solução continuada, cuja necessidade é perene, dado que o uso de um balanceador de aplicação é uma atividade vital no TJRJ, garantindo a distribuição eficiente do tráfego, a disponibilidade e a segurança dos sistemas institucionais. A solução viabiliza o funcionamento adequado dos processos eletrônicos e dos serviços digitais ofertados à sociedade, assegurando sua acessibilidade e confiabilidade mesmo diante de falhas ou sobrecargas. Trata-se, portanto, de uma necessidade que perdurará enquanto as demandas de negócio forem sustentadas por infraestruturas de tecnologia da informação.

A reunião de alinhamento deverá ocorrer em até 5 (cinco) dias, contados da publicação do extrato do contrato no diário de justiça eletrônico.

A ativação da licença da solução de balanceamento será realizada na data indicada no memorando de início.

O aceite da ativação da licença da solução de balanceamento será emitido em até 3 (três) dias de operação, com funcionamento ininterrupto e sem problema da solução tecnológica.

O pagamento da subscrição de licenças, que será em parcela única, deverá ser realizado pelo CONTRATANTE na medida em que a subscrição contratada for efetivamente registrado e ativado no sistema de balanceamento, e será pago após o aceite definitivo da ativação.

O serviço de suporte técnico terá seu início a contar da data indicada no memorando de início.

O suporte técnico será realizado ordinariamente de forma remota, podendo ser prestado de modo presencial, nas dependências da CONTRATANTE, em caso de extrema necessidade ou quando o serviço assim o exigir.

O aceite do serviço de suporte técnico será dado mensalmente, após a medição dos serviços, que será realizada pelos fiscais técnicos do contrato.

O pagamento do serviço de suporte técnico ocorrerá mensalmente após o seu aceite.

O serviço de suporte técnico on-site terá seu início da data indicada no memorando de início.

O aceite do serviço de suporte técnico on-site será dado ao final da prestação deste, após a medição dos serviços, que será realizada pelos fiscais técnicos do contrato.

O pagamento do serviço de suporte técnico on-site ocorrerá sob demanda.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP SERVIÇOS DE TIC

Processo: 2025-06280843

A Lei Federal 14.133/2021 sugere que, ordinariamente, as contratações devam ter um prazo de 12 (doze) meses. No entanto, a própria lei permite a contratação por prazos maiores quando devidamente justificados. No caso, trata-se de solução continuada, cuja necessidade é perene, dado que o uso de um balanceador de aplicação é atividade vital para o TJRJ, pois garante a disponibilidade, estabilidade e segurança dos sistemas institucionais. A solução possibilita o funcionamento adequado dos processos eletrônicos e dos serviços digitais ofertados à sociedade, assegurando que permaneçam acessíveis e confiáveis, independentemente de falhas ou sobrecargas em servidores. Trata-se, portanto, de uma necessidade que perdurará enquanto as demandas de negócio forem sustentadas por infraestruturas de tecnologia da informação.

4.4. Requisitos econômicos

Para fins de aceitabilidade das propostas, serão observados os seguintes parâmetros:

I – O valor global da proposta não poderá superar o valor estimado da contratação apurado na fase de planejamento;

II – Serão desclassificadas propostas com valores manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que:

a) Os preços unitários que se situarem abaixo da média deduzida de um desvio-padrão, bem como aqueles superiores à média acrescida de um desvio-padrão, apurados na pesquisa de preços.

b) Não demonstrarem, quando solicitado, composição de custos compatível com a realidade do mercado;

III – Serão desconsideradas propostas com valores excessivamente elevados que possam comprometer a economicidade da contratação, mediante justificativa técnica;

IV – Poderão ser adotados outros critérios complementares, conforme legislação aplicável e entendimento da unidade técnica.

Reajuste Contratual:

O valor dos serviços poderá ser reajustado, aplicando-se o Índice de Custo da Tecnologia da Informação (ICTI), mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a requerimento da Contratada, desde que demonstrado que as variações dos custos efetivamente ocorridos causaram desequilíbrio econômico-financeiro.

A solicitação de reajuste deverá ser acompanhada de:

- Justificativa técnica e econômica detalhada;
- Planilha com a demonstração analítica da variação dos componentes de custo;
- Documentação comprobatória das variações de mercado que impactaram os custos.

4.5. Requisitos para seleção do fornecedor:

Consórcio / Cooperativas.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP SERVIÇOS DE TIC

Processo: 2025-06280843

- Não será admitida a participação de pessoas jurídicas reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, tendo como fundamento especificidades relacionadas à natureza técnica e operacional dos equipamentos e serviços a serem adquiridos e contratados, como integração técnica, dificuldade de estabelecer responsabilidades em caso de problemas ou falhas nos equipamentos e serviços.
- O fornecimento de subscrição de licenças de uso de software para solução de balanceamento de aplicações é uma solução padronizada e disponível no mercado de forma individualizada por cada fabricante ou revendedor autorizado. A constituição de consórcio não agregaria vantagens técnicas ou operacionais, uma vez que não se trata de serviço complexo que demande a soma de expertises complementares entre empresas.
- O mercado já conta com ampla oferta de empresas qualificadas e autorizadas a comercializar subscrições de licenças de balanceadores de carga, o que assegura a competitividade da licitação sem necessidade de consórcios. Assim, a vedação não restringe a competição, mas apenas evita a participação de agrupamentos artificiais que não agregam valor técnico.
- Não será permitida a participação de cooperativas, uma vez que a atividade relacionada aos serviços a serem executados pela Contratada não se mostram congruentes com o sistema de cooperativismo, a teor do disposto no art. 10 da Instrução Normativa nº 05/2017/SEGES/MPDG.

Subcontratação

- Não será permitida a subcontratação do objeto na presente contratação, exceto em relação a subcontratação do fabricante em relação aos itens 1 e 2 da Tabela 4 (Quantidades a serem contratadas).

4.6. Requisitos de Suporte

Devido às características da solução, há necessidade do serviço de suporte técnico a ser executado pela contratada, em regime 24x7, que inclui manutenções corretivas/preventivas/adaptativas/evolutivas, visando à manutenção da disponibilidade da solução com atualização das licenças de softwares, vacinas e demais recursos de segurança cibernética que compõe a solução.

Deverá ser exigido o suporte técnico executado pelo fabricante da solução (itens 1 e 2 da tabela 4, no item 10 deste documento), pelo prazo de 20 (vinte) meses, para os equipamentos (manutenção corretiva de hardware e software, em regime 24x7), de modo a que se garanta que os serviços funcionem sem períodos de interrupções que possam comprometer a disponibilidade dos serviços durante a vida útil do equipamento sem acrescentar custos adicionais ao TJRJ.

Para possibilitar o controle dos suportes, deverá ser previsto que a execução dos serviços seja através da abertura de chamados técnicos com prazos de atendimento e solução em conformidade com os níveis de serviços requeridos pelo TJRJ.

De modo a tornar viável o investimento sem riscos da continuidade dos serviços e



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP SERVIÇOS DE TIC

Processo: 2025-06280843

com garantia de atualização de softwares e componentes da solução, o serviço de suporte técnico será executado em regime 24x7 (vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana), 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias ao ano, o qual se justifica pela criticidade dos serviços suportados pelo balanceador de carga, o qual desempenha papel essencial na garantia de disponibilidade, desempenho e segurança das aplicações corporativas.

O balanceador é responsável por distribuir o tráfego entre múltiplos servidores, assegurando a continuidade e a estabilidade dos sistemas institucionais, muitos dos quais são acessados ininterruptamente por usuários internos, externos e cidadãos. Dessa forma, eventuais falhas, degradações de desempenho ou indisponibilidades podem ocasionar impactos significativos na prestação de serviços, inclusive com prejuízos à imagem institucional e ao atendimento ao público.

Considerando que os serviços suportados possuem natureza contínua e podem ser demandados a qualquer momento, inclusive fora do horário comercial, torna-se imprescindível a disponibilidade de suporte técnico especializado em regime integral, de forma a possibilitar a rápida identificação e resolução de incidentes críticos, minimizando o tempo de indisponibilidade (*downtime*) e os riscos operacionais.

Adicionalmente, a ausência de suporte 24x7 poderia resultar em períodos prolongados de indisponibilidade em casos de incidentes ocorridos fora do horário comercial, uma vez que o atendimento ficaria restrito a janelas específicas, incompatíveis com a criticidade dos serviços prestados.

Portanto, a contratação de suporte técnico na modalidade 24x7 mostra-se necessária para garantir a continuidade dos serviços, a mitigação de riscos, o atendimento aos requisitos de disponibilidade e a aderência às boas práticas de gestão de serviços de tecnologia da informação.

4.7. Requisitos de Segurança

A solução deverá atender aos princípios e procedimentos elencados na Política de Segurança da Informação do CONTRATANTE;

Deve-se identificar todos os profissionais envolvidos na execução do contrato, provenientes da empresa a ser contratada, mantendo um cadastro completo atualizado, que indicará ainda: data de início de atuação na prestação de serviços, bem como do término do serviço.

4.8. Requisitos sociais e culturais

Quanto aos requisitos sociais, os profissionais da CONTRATADA, quando nas dependências do TJRJ, deverão apresentar-se vestidos de forma adequada ao ambiente de trabalho, evitando-se o vestuário que caracterize o comprometimento da boa imagem institucional do TJRJ.

Os profissionais também deverão respeitar todos os servidores, funcionários e colaboradores em qualquer posição hierárquica, preservando a comunicação e o



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP SERVIÇOS DE TIC

Processo: 2025-06280843

relacionamento interpessoal construtivo.

Os serviços prestados deverão observar os requisitos de acessibilidade utilizados pelo TJRJ, com o objetivo de atender à diversidade de usuários internos e externos das soluções de TI providas pelo TJRJ.

4.9 Requisitos de Sustentabilidade

A Contratada deverá cumprir, no que couber, as orientações da Instrução Normativa nº 01/2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI/MPOG), referente aos critérios de Sustentabilidade Ambiental.

4.10 Requisitos Legais

O presente processo de contratação está aderente à Constituição Federal e as seguintes legislações:

- Lei Federal nº 14.133/2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais;
- Resolução CNJ nº 370/2021 – Estratégia Nacional de TIC Poder Judiciário;
- Resolução CNJ nº 468/2022 – Diretrizes para as contratações de Solução de TIC;
- Lei Federal nº 9.609/98 - Lei do Software;
- Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022 que estabelece as regras e procedimentos para a Contratação de Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC);
- Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021 que estabelece as regras e procedimentos para a pesquisa de preços na Administração Pública Federal;

5. LEVANTAMENTO DE SOLUÇÕES

5.1. Solução 1 – Renovação do contrato 003/0608/2021 para a subscrição de licenças e garantia do equipamento CITRIX SDX 15080-50G junto à contratada ADD VALUE através da prorrogação contratual.

- A Atual contratada forneceu proposta de renovação (Index 12366451) no valor de R\$ 913.815,64 (novecentos e treze mil, oitocentos e quinze reais e sessenta e quatro centavos) para novo período de 12 (doze) meses.

5.2. Solução 2 - Licitação para renovação da subscrição de licenças junto ao fabricante do equipamento CITRIX SDX 15080-50G já está instalado no ambiente do TJRJ

- O Equipamento CITRIX SDX 15080-50G já se encontra instalado e funcional no ambiente. O contrato de seu suporte técnico, termo 003/0608/2021, tem vigência até a data de 30/06/2026. O End-Of-Life do equipamento ocorre na data de 08/03/2028,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP SERVIÇOS DE TIC

Processo: 2025-06280843

viabilizando uma nova contratação de 20 (vinte) meses, coincidindo com o fim do End-Of-Life.

5.3. Solução 3 – Licitação aberta para aquisição de novo equipamento para balanceamento de aplicação.

- A aquisição de um novo balanceamento de aplicação envolverá a aquisição do Hardware, licenciamento, implantação, treinamento, suporte técnico e migração caso a solução adquirida seja de um fabricante diferente.

5.4. Análise das soluções:

Solução 1

A contratada exigiu condições financeiras diversas das cláusulas estabelecidas no contrato vigente para renovação. Através de sua manifestação, não concordou com a prorrogação contratual, mantendo as condições vigentes ou aplicando somente os índices de reajuste do período.

- A proposta de renovação (Index 12366451) apresentou o valor de R\$ 913.815,64 (novecentos e treze mil, oitocentos e quinze reais e sessenta e quatro centavos), que representa uma variação de aproximadamente 145% (cento e quarenta e cinco por cento) do valor do contrato vigente de R\$ 372.500,04 (trezentos e setenta e dois mil e quinhentos reais e quatro centavos).
- Além de **não** se demonstrar a vantajosidade financeira da prorrogação em razão de uma correção exponencialmente superior aos que o contrato alcançaria com aplicação dos índices oficiais de reajuste, através de um simples cálculo, adaptando o valor da proposta de 12 (doze) meses de contrato ao prazo de 20 (vinte) meses pretendido, chega-se ao valor de R\$ 1.523.026,07 (um milhão, quinhentos e vinte e três mil, vinte e seis reais e sete centavos) que é igualmente desvantajoso frente ao valor estimado apurado de R\$ 1.404.868,94 (um milhão, quatrocentos e quatro mil, oitocentos e sessenta e oito reais e noventa e quatro centavos) para um procedimento licitatório que, por reconhecida experiência, sofre ainda redução na base de 20% (vinte por cento) do valor.

Soluções 2 e 3:

Para completa análise das soluções 2 e 3 foi realizada pesquisa dos valores praticados em contratações públicas de forma a avaliar, para o período de 20 (vinte) meses pretendido no presente estudo, qual alternativa apresentaria melhor perspectiva econômica.

O período de 20 (vinte) meses foi considerado porque, após o término da contratação atual (30/06/2026), restará aproximadamente esse intervalo de tempo até o End-of-Life (EoL) dos equipamentos; programado para 08/03/2028. Assim, esse recorte temporal permite uma comparação mais aderente ao período efetivo em que a solução ainda poderá ser utilizada.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP SERVIÇOS DE TIC

Processo: 2025-06280843

Para a estimativa da solução 2, que corresponde à renovação da subscrição de licenças da solução atualmente implantada, do fabricante CITRIX, foram utilizados contratos públicos recentes e propostas atualizadas de fornecedores, de modo a refletir com maior fidelidade os valores praticados atualmente no mercado.

Já para a estimativa da solução 3, que seria aquisição aberta, podendo vir participar fornecedores de modelos dos diversos fabricantes disponíveis no mercado, foi realizada pesquisa em contratações públicas disponíveis em bases governamentais. Como se trata apenas de um levantamento de referência para apoiar a tomada de decisão — e não de uma pesquisa formal para formação de preços do certame — foram consideradas também contratações mais antigas, as quais foram atualizadas monetariamente pelo IPCA, permitindo assim uma comparação aproximada de custos. Nesse levantamento foram analisados contratos, atas de pregão eletrônico e registros de preços publicados entre 2020 e 2026.

A análise buscou verificar se a renovação da solução atualmente implantada (Solução 2) se apresenta, neste momento, como a alternativa mais econômica e vantajosa, considerando que essa opção não exige custos adicionais com aquisição de novos equipamentos, implantação ou treinamento, que normalmente estão associados à adoção de uma nova solução tecnológica (Solução 3).

Item	Descrição
Item 1	Contrato nº 003/2024 da SEFAZ RJ.
Item 2	Ata de Registro de Preços da F5 Networks do Tribunal de Justiça do Amazonas.
Item 3	Ata de Pregão 01/2023 da Polícia Federal (Licitação abandonada)

Tabela 1: Atas e contratos pesquisados para solução 3.

Item	Descrição
Item 1	Proposta ADD VALUE
Item 2	Proposta FLEXXIBLE
Item 3	MEC – Contrato 28/2025 – Prazo: 60 meses – Vigência: 28/05/2025 a 27/05/2030
Item 4	SEFAZ/BA – Contrato 01/25 – Prazo: 48 meses – Vigência: 07/01/2025 a 06/01/2029
Item 5	CJF – ARP 8/2025 – Prazo: 12 meses – Vigência: 22/09/2025 a 21/09/2026
Item 6	SEFAZ/CE – Contrato 03/2024 (2º Termo Aditivo) – Prazo: 12 meses – Vigência: 13/01/2026 a 12/01/2027
Item 7	SGG/GO – Contrato 60/2025 – Prazo: 60 meses – Vigência: 20/10/2025 a 19/10/2030

Tabela 2: Atas e contratos pesquisados para solução 2.

Após pesquisa realizada em fontes como Diário Oficial, Painel de Preços, PNCP e portais de órgãos públicos, foram identificados os contratos e atas apresentados na tabela acima.

Observa-se que alguns dos itens analisados, como o Contrato nº 003/2024 da SEFAZ/RJ e o Pregão nº 01/2023 da Polícia Federal, tratam de atualização tecnológica de hardware, o que, na prática, equivale à aquisição de novos equipamentos e não apenas à renovação de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP SERVIÇOS DE TIC

Processo: 2025-06280843

subscrição de licenças. Situação semelhante ocorre com a Ata de Registro de Preços da F5 Networks do Tribunal de Justiça do Amazonas, que também envolve fornecimento de novos appliances, incluindo serviços de instalação, treinamento e suporte.

Por outro lado, foram analisadas também referências que apresentam características de renovação de subscrição de licenças e serviços de suporte, como as propostas apresentadas pelas empresas ADD VALUE e FLEXXIBLE, bem como contratações realizadas por outros órgãos públicos. Entre essas referências, destacam-se o Ministério da Educação – MEC (Contrato nº 28/2025, com vigência de 28/05/2025 a 27/05/2030), a Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia – SEFAZ/BA (Contrato nº 01/25, com vigência de 07/01/2025 a 06/01/2029), o Conselho da Justiça Federal – CJF (Ata de Registro de Preços nº 8/2025, com vigência de 22/09/2025 a 21/09/2026), a Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará – SEFAZ/CE (Contrato nº 03/2024 – 2º Termo Aditivo, com vigência de 13/01/2026 a 12/01/2027) e a Secretaria-Geral de Governo do Estado de Goiás – SGG/GO (Contrato nº 60/2025, com vigência de 20/10/2025 a 19/10/2030). Essas referências foram consideradas por apresentarem elementos compatíveis com a manutenção e continuidade de soluções já implantadas, envolvendo a renovação de licenças e a prestação de suporte técnico associado.

Análise Econômica das Contratações

Foram utilizados 10 (dez) documentos como referência para estimativas e comparações, compreendendo propostas apresentadas por fornecedores e contratos firmados por outros órgãos públicos, selecionados a partir de pesquisas realizadas em bases e portais governamentais. Essas referências foram empregadas exclusivamente para fins de análise comparativa e apoio à tomada de decisão quanto às alternativas avaliadas no estudo.

O objetivo do estudo é comparar o custo de renovação de subscrição de licenças para 20 (vinte) meses (opção recomendada, compatível com o EoL em 08/03/2028) com a aquisição de novo appliance (hardware), englobando instalação, treinamento, migração e suporte.

As atas e contratos utilizados como referência variam entre os anos de 2020 e 2026, uma vez que o objetivo do estudo é avaliar qual das opções — aquisição de equipamento ou renovação de subscrição de licenças — apresenta maior vantagem econômica; e não necessariamente estimar com precisão o valor de uma futura licitação.

Para a estimativa do custo da subscrição de licenças foram utilizados como referência os contratos e propostas constantes na Tabela 2, que representam cenários de contratação e renovação de suporte/subscrição da solução. Foram considerados, especificamente, as propostas ADD VALUE e FLEXXIBLE, bem como os contratos do MEC (Contrato 28/2025), SEFAZ/BA (Contrato 01/25), CJF (ARP 8/2025), SEFAZ/CE (Contrato 03/2024 – 2º Termo Aditivo) e SGG/GO (Contrato 60/2025).

Considerando que os prazos dos contratos de referência são distintos, os valores foram prorrateados para um período de 20 (vinte) meses, com o objetivo de permitir a comparabilidade entre as diferentes bases utilizadas e obter um intervalo de valores e uma média representativa para fins de análise econômica.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP SERVIÇOS DE TIC

Processo: 2025-06280843

Para estimativa do custo de aquisição de hardware foi utilizada a Ata do TJ Amazonas (index 12366726) que contém preço do appliance F5 BIG-IP i5800 (2 unidades) e itens de instalação, treinamento e suporte (valores explícitos no documento). Esse item representa um caso claro de compra de appliance novo (hardware + serviços).

Cálculos principais (valores em R\$)

1. Estimativas de custo de subscrição de licenças por 20 (vinte) meses (pro-rata a partir de contratos/atas de suporte/subscrições e propostas de fornecedores):

ITEM	DESCRIÇÃO	prazo (mês)	TJ RJ	ADD VALUE	FLEXIBLE	MEC Contrato 28/2025 prazo 60 meses Ass. em 28/05/2025 vigência até 27/05/2030	SEFAZ/BA Contrato 01/25 prazo 60 meses Ass. em 07/01/2025 vigência até 06/01/2029	CJF ARP 8/2025 prazo 12 meses Ass. em 22/09/2025 vigência até 21/09/2026	SEFAZ/CE Contrato 03/2024 prazo 12 meses 2º Termo Aditivo Ass. em 13/01/2026 vigência até 12/01/2027	SGG/GO Contrato 60/2025 prazo 60 meses Assinado em 20/10/2025 vigência até 19/10/2030	DESVIO PADRÃO	CV	LI	LS	média (valor unitário)	mediana (valor unitário)	< preço (valor unitário)	MÉDIA SANEADA
1	Citrix Hybrid Multi-Cloud – Includes Netscaler ADC versão Premium (2x SDX-15080-50G – AGAR9DBPMP / EEI6ED2NSJ) (Software e Licença)	1		R\$ 916.784,68	R\$ 831.422,17	R\$ 684.960,00	R\$ 737.229,17			R\$ 902.400,00	R\$ 101.516,27	12,46%	R\$ 713.038,93	R\$ 916.071,47	R\$ 814.555,20	R\$ 831.422,17	R\$ 684.960,00	R\$ 814.555,20
2	HWM for ADC SDX Zero Capacity (2x SDX-15080-50G) (Manutenção de Hardware)	1		R\$ 362.141,02	R\$ 341.729,60	R\$ 266.373,33				R\$ 350.933,33	R\$ 43.423,65	13,15%	R\$ 286.870,67	R\$ 373.717,97	R\$ 330.294,32	R\$ 346.331,47	R\$ 266.373,33	R\$ 330.294,32
3	Serviço de Suporte Técnico	20	R\$ 10.416,66	R\$ 15.887,72	R\$ 8.798,64	R\$ 14.980,00		R\$ 13.000,00		R\$ 13.000,00	R\$ 2.682,24	21,15%	R\$ 9.998,27	R\$ 15.362,74	R\$ 12.680,50	R\$ 13.000,00	R\$ 8.798,64	R\$ 253.610,07
4	Serviço de Suporte Técnico On-Site	20			R\$ 400,00		R\$ 294,37	R\$ 275,00	R\$ 312,50		R\$ 55,19	17,22%	R\$ 265,28	R\$ 375,66	R\$ 320,47	R\$ 303,44	R\$ 275,00	R\$ 6.409,35
Total																		R\$ 1.404.868,94

Com esses cenários obtivemos:

- Média saneada = R\$ 1.404.868,94 (este valor representará a estimativa central usada para comparação).
- 2. Estimativa de custo de aquisição de appliance novo TJ Amazonas (index 12366726)
 - F5 BIG-IP i5800 — total na ata para 2 unidades: R\$4.058.000,00 (quatro milhões, cinquenta e oito mil) → por unidade = $R\$4.058.000,00 \div 2 = R\$2.029.000,00$ (dois milhões e vinte e nove mil reais).
 - Custos associados (valores listados na mesma ata): Instalação R\$212.000,00 + Treinamento R\$75.000,00 + Suporte técnico R\$317.000,00 = R\$604.000,00 (seiscentos e quatro mil reais).
 - Custo total estimado para 1 (uma) nova caixa (appliance + instalação + treinamento + suporte) = $R\$2.029.000 + R\$604.000 = R\$2.633.000,00$. Com a correção pelo IPCA acumulado desde o início da ata: 02/2022 até 08/2025 temos: R\$ 3.134.004,08 (três milhões, cento e trinta e quatro mil, quatro reais e oito centavos).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP SERVIÇOS DE TIC

Processo: 2025-06280843

Resultado da Correção pelo IPCA (IBGE)

Dados básicos da correção pelo IPCA (IBGE)	
Dados informados	
Data inicial	02/2022
Data final	08/2025
Valor nominal	R\$ 2.633.000,00 (REAL)
Dados calculados	
Índice de correção no período	1,19027880
Valor percentual correspondente	19,027880 %
Valor corrigido na data final	R\$ 3.134.004,08 (REAL)

*O cálculo da correção de valores pelo IGP-M foi atualizado e está mais preciso. Saiba mais clicando [aqui](#).

[Fazer nova pesquisa](#) [Imprimir](#)

[Gostou desse serviço? Dê sua opinião.](#)

Comparações diretas (num mesmo período referencial = 20 (vinte) meses)

- Custo estimado médio de licenciamento 20 (vinte) meses (referência): R\$ 1.404.868,94 (um milhão, quatrocentos e quatro mil, oitocentos e sessenta e oito reais e noventa e quatro centavos).
- Custo estimado de compra de 1 caixa nova (hardware + instalação + treinamento + suporte): R\$ 3.134.004,08 (três milhões, cento e trinta e quatro mil, quatro reais e oito centavos).

Razão / multiplicador

- Comprar 1 nova caixa custa aproximadamente R\$ 3.134.004,08 / R\$ 1.404.868,94 ≈ 1,97 vez o custo da renovação de subscrição de licenças estimada (média saneada).
- Com base nas contratações públicas, atas analisadas, a estimativa de custo da renovação de subscrição de licenças para 20 meses é de 1.404.868,94. Em contrapartida, a aquisição de um appliance novo (referência: F5 BIG-IP i5800 e itens associados conforme Ata do TJ Amazonas) totaliza aproximadamente R\$ 3.134.004,08 (incluindo instalação, treinamento e suporte). Assim, a compra de hardware novo implicaria desembolso superior a 1,97 vez o valor necessário para renovar a subscrição de licenças por 20 meses. Além disso, itens do levantamento confirmam que o contrato da SEFAZ e a ata do pregão da polícia federal, que foi abandonada, representam atualização tecnológica (na prática, aquisição de hardware) e que o item 5 é uma ata de registro de preços de hardware, reforçando que a aquisição de hardware nova é, de fato, uma alternativa mais onerosa segundo o estudo.

Observações finais e pressupostos

Algumas atas/contratos (ex.: SEFAZ RJ) trazem composições complexas (múltiplos part numbers, muitos itens e lotes, treinamento onsite etc.) e representam pacotes de grande escala; por isso o estudo focou na comparação para um cenário típico de renovação vs aquisição de 1 appliance (ou o pacote por 2 appliances quando indicado na ata) que é a comparação diretamente aplicável à necessidade de decidir entre renovar a subscrição de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP SERVIÇOS DE TIC

Processo: 2025-06280843

licenças para a caixa atual ou comprar nova caixa.

A estimativa de 20 meses foi obtida por pró-rata linear (valor total dividido pela vigência → multiplicado por 20) — método conservador e adequado para esse tipo de comparação quando o contrato informa valor global por período.

6. ANÁLISE COMPARATIVA DAS SOLUÇÕES

Como exposto no levantamento de mercado (item 5), a solução 1 apresenta clara desvantajosidade financeira, sendo assim inviável economicamente ao presente estudo. Ademais, como a atual contratada se recusou renovar o contrato vigente, mantendo mesmas condições ou, aplicando somente os índices oficiais de reajuste, a solução 1 foi considerada inviável econômica e tecnicamente.

Ao se comparar as alternativas entre a renovação de subscrição de licenças para os equipamentos já existentes (solução 2) e a aquisição de novos appliances (solução 3), observa-se que a primeira opção apresenta-se como a mais vantajosa sob os aspectos operacional, de migração e financeiro. Do ponto de vista operacional, a renovação de subscrição de licenças não implica em alterações na infraestrutura atual, garantindo a continuidade do ambiente em funcionamento, sem riscos adicionais de indisponibilidade. Além disso, a equipe já está habituada à tecnologia implantada, eliminando a necessidade de treinamentos adicionais e reduzindo a possibilidade de falhas decorrentes de mudanças abruptas no parque tecnológico.

No que se refere à migração, a opção pela renovação de subscrição de licenças praticamente elimina impactos, uma vez que não há troca de equipamentos ou necessidade de replicar configurações e regras de segurança em novos appliances. Em contrapartida, a aquisição de novos equipamentos exigiria um processo de instalação, homologação e migração, sujeito a riscos de incompatibilidade, aumento da complexidade operacional e potenciais interrupções de serviço durante o período de transição.

Sob a perspectiva financeira, a diferença entre as soluções é bastante significativa. Enquanto a renovação de subscrição de licenças (conforme estudo realizado) para o período de 20 meses apresenta um custo estimado de R\$ 1.404.868,94 (média saneada), a aquisição de novos appliances eleva o investimento para cerca de R\$ 2,77 milhões por unidade, incluindo instalação, suporte e treinamento. Isso significa que a compra de novos equipamentos é, aproximadamente, 1,97 vez mais onerosa do que a simples renovação de licenciamento, sem trazer benefícios proporcionais, sobretudo considerando que os equipamentos atuais possuem vida útil até 2028.

Diante do exposto, conclui-se que a renovação de subscrição de licenças é a solução mais adequada ao momento, por assegurar a continuidade dos serviços com baixo risco operacional, ausência de impacto de migração e expressiva economia de recursos financeiros. Trata-se, portanto, da alternativa que melhor equilibra custo, eficiência e segurança institucional, justificando plenamente sua adoção em detrimento da aquisição de novos appliances neste ciclo de contratação.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP SERVIÇOS DE TIC

Processo: 2025-06280843

O quadro seguinte poderá ser utilizado para análise comparativa dos requisitos entre as soluções avaliadas. Na tabela abaixo não foi incluída a solução 1, pois a mesma é inviável tendo em vista a recusa da atual contratada renovar o contrato vigente, mantendo as mesmas condições contratuais.

CENÁRIOS		Solução 2	Solução 3
REQUISITOS		Renovação da subscrição de licenças e da garantia, incluindo Suporte On-Site.	Licitação para compra de balanceamento de aplicação por licitação aberta. (substituição completa da solução)
De negócio		Atende	Atende
Legais		Atende	Atende
De manutenção		Atende	Atende
Temporais		Atende	Não atende
Segurança e privacidade		Atende	Atende
Sociais, ambientais e culturais		Atende	Atende
Arquitetura tecnológica		Atende	Atende
Implantação		Atende	Atende
Garantia e manutenção		Atende	Atende
Capacitação		Atende	Atende
Experiência profissional		Atende	Atende
Metodologia de trabalho		Atende	Atende
Segurança da informação		Atende	Atende
ATENDIMENTO DA DEMANDA		COMPLETO	INCOMPLETO

Tabela 3 - Análise comparativa das Soluções

7. REGISTRO DE SOLUÇÕES CONSIDERADAS INVIÁVEIS

No processo de análise das alternativas disponíveis, foi identificada solução que se mostra inviável financeira e operacionalmente. Consiste na solução 1 que se refere a renovação do contrato 003/0608/2021 com a atual empresa fornecedora, que se revelou economicamente desvantajosa, uma vez que a proposta apresentada (index 12366451) representa um aumento de aproximadamente 145% (cento e quarenta e cinco por cento) em relação ao valor atualmente pago. Tal elevação, sem a correspondente justificativa em termos de benefícios adicionais ou incremento tecnológico, inviabiliza a continuidade da contratação, por comprometer de forma desproporcional os recursos orçamentários destinados à área de tecnologia.

8. ANÁLISE COMPARATIVA DE CUSTOS (TCO)

A análise dos custos entre as soluções 2 e 3 seguem discriminadas abaixo para clara



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP SERVIÇOS DE TIC

Processo: 2025-06280843

comparação caso o presente projeto seguisse entre uma e outra possibilidade:

- Solução 2: R\$ 1.404.868,94 (média saneada)
- Solução 3: R\$ 3.134.004,08 (três milhões, cento e trinta e quatro mil, quatro reais e oito centavos).

9. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO

A renovação da subscrição de licenças junto ao fabricante do equipamento em uso atualmente no TJRJ é a opção mais viável econômica e tecnicamente.

Garante a continuidade da operação sem impacto na infraestrutura.

Considerando as informações do presente estudo, a equipe de planejamento da contratação entende que a contratação se configura tecnicamente VIÁVEL.

10. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

GRUPO DE ITENS		
Item	Descrição	Quantidade
1	Subscrição de licenças SKU 6002995 (CTXS-UNI-HMC) - Citrix Hybrid Multi-Cloud Cloud Includes Netscaler ADC versão Premium até 08/03/2028 (End Of Life do modelo em uso) para 2 (dois) equipamentos Citrix Netscaler ADC SDX-15080-50G, seriais number AGAR9D8PMP e EEJ6ED2N5J (Software e Licença).	1 Unidade
2	Subscrição de licenças SKU 6003031 (CTXS-ADC-SDX-HWM) - HWM for ADC SDX Zero Capacity. Até 08/03/2028 (End Of Life do modelo em uso) para 2 (dois) equipamentos Citrix Netscaler ADC SDX-15080-50G, seriais number AGAR9D8PMP e EEJ6ED2N5J (Manutenção de Hardware)	1 Unidade
3	Serviço de Suporte Técnico a contar da data indicada no memorando de início.	20 Meses
4	Serviço de Suporte Técnico On-Site a contar da data indicada no memorando de início.	300 h

Tabela 4 - Quantitativo

A definição do quantitativo de 300 (trezentas) horas para a prestação de serviço de suporte técnico on-site foi realizada com base em critérios de razoabilidade, histórico de contratações anteriores e análise do perfil de demanda do ambiente tecnológico institucional.

Verificou-se, a partir de experiências pretéritas e da execução de contratos similares, que o



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP SERVIÇOS DE TIC

Processo: 2025-06280843

volume de 300 (trezentas) horas mostra-se adequado para atender às necessidades recorrentes de suporte técnico especializado, tais como: planejamento de mudanças, implementação de novas funcionalidades, revisões de configuração, otimização de desempenho, troubleshooting avançado e suporte a projetos de evolução da infraestrutura.

Sob o aspecto econômico, o quantitativo adotado representa um ponto de equilíbrio entre custo e benefício, evitando tanto a subcontratação quanto a supercontratação. A definição de um volume inferior poderia acarretar insuficiência de horas ao longo da vigência contratual, elevando o risco de descontinuidade no suporte a iniciativas críticas ou a necessidade de novas contratações, com consequente aumento de custos administrativos e operacionais. Por outro lado, a previsão de um volume superior implicaria aumento desnecessário do valor global da contratação, sem garantia de utilização integral das horas contratadas, o que afrontaria o princípio da economicidade.

Adicionalmente, a experiência acumulada demonstra que o quantitativo de 300 (trezentas) horas contribui para a redução do risco de extrapolação contratual, mantendo margem adequada para absorver demandas não previstas, sem comprometer o planejamento orçamentário.

Ressalta-se, ainda, que a natureza dos serviços de suporte técnico on-site demanda flexibilidade para atendimento de demandas variáveis ao longo do período contratual, sendo o modelo de banco de horas especialmente adequado para esse fim. Nesse contexto, o quantitativo estabelecido revela-se suficiente para suportar tanto ações planejadas quanto intervenções corretivas e evolutivas, sem gerar ociosidade relevante de recursos.

11. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Para a composição do custo estimado foram obtidas propostas junto a fornecedores do ramo especializado pretendido, assim como também foi realizada pesquisa em plataformas governamentais, tais como o Painel de Preços, o Diário Oficial da União e o PNCP (Portal Nacional de Contratações Públicas), com vistas à composição de uma cesta de preços.

A pesquisa de preços que subsidia a presente contratação foi realizada em conformidade com as boas práticas aplicáveis às contratações públicas, com o objetivo de aferir valores de mercado compatíveis com o objeto pretendido, qual seja, o fornecimento da subscrição de licenças de uso de software para solução Citrix NetScaler ADC, além de serviços correlatos.

Inicialmente, procedeu-se à solicitação de propostas comerciais junto a diversas empresas que atuam no mercado e que comercializam a referida solução tecnológica. Contudo, apenas duas empresas, a saber, Add Value (index 12377378, emitida em 06/11/2025) e Flexxible (index 12377391, emitida em 08/12/2025), encaminharam resposta aos pedidos de cotação realizados dentro do prazo estabelecido.

De forma complementar, visando ampliar a base de referência de preços e garantir maior



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP SERVIÇOS DE TIC

Processo: 2025-06280843

aderência aos valores praticados pela Administração Pública, foram realizadas pesquisas em contratações públicas similares, por meio de plataformas governamentais oficiais, tais como o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), Comprasnet, Painel de Preços, entre outras bases disponíveis.

A partir dessas consultas, foi possível identificar contratações vigentes ou recentes que possuem objeto compatível com a solução pretendida, celebradas pelos seguintes órgãos e entidades da Administração Pública:

- Ministério da Educação, contrato 28/2025, vigência até 27/05/2030 (index 12573422);
- Governo do Estado da Bahia, contrato 01/25, vigência até 06/01/2029 (index 12377478);
- Conselho da Justiça Federal, ARP 08/2025, vigência até 18/09/2026 (index 12377502);
- Governo do Estado do Ceará, contrato 03/2024, vigência até 12/01/2027 (index 12573907);
- Governo do Estado de Goiás, contrato 60/2025, vigência 19/10/2030 (index 12377570).

Os valores constantes dessas contratações foram considerados aptos e adaptados para compor a pesquisa de preços, uma vez que apresentam similaridade quanto ao objeto, escopo e natureza da solução contratada, servindo, assim, como parâmetro para a estimativa de preços da presente licitação.

Dessa forma, a pesquisa de preços foi composta tanto por cotações diretas obtidas junto a fornecedores do mercado quanto por referências extraídas de contratações públicas e consolidadas na planilha de apuração do valor estimado (index 12573947), assegurando maior robustez, transparência e aderência aos preços praticados no mercado e na Administração Pública.

Desta forma o valor estimado para o presente projeto de contratação, aplicando a metodologia da **MÉDIA SANEADA**, foi de R\$ 1.404.868,94 (um milhão, quatrocentos e quatro mil, oitocentos e sessenta e oito reais e noventa e quatro centavos).

12. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC COMO UM TODO

Subscrição de licenças de direito de uso para um sistema de balanceadores de aplicação e serviços suporte técnico e suporte técnico on-site, pelo prazo de 20 (vinte) meses.

O serviço deverá ser prestado nas dependências do Data Center do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, localizado no Palácio da Justiça, na Av. Erasmo Braga 115, corredor C, da Lâmina I, Sala 111, sob a supervisão de técnicos do Serviço de Segurança de Redes – SESER, e Serviço de Rede Corporativa - SERED, ambos da Divisão de Redes.

O serviço de subscrição de licenças da solução poderá ser realizado de forma remota, caso seja constatado pelos analistas do TJRJ, que esta é a forma mais adequada para a



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP SERVIÇOS DE TIC

Processo: 2025-06280843

ativação;

A CONTRATADA deverá testar a solução, contemplando o seu funcionamento regular;

A ativação será considerada com sucesso depois de verificada a estabilidade do ambiente tecnológico em funcionamento com a nova licença;

A solução deverá estar ativa na data indicada no memorando de início.

12.1. Do Aceite da Ativação:

O aceite definitivo será emitido em até 3 (três) dias de operação, com funcionamento ininterrupto e sem problemas da solução tecnológica adquirida;

Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do aceite provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser refeitos no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

O prazo para o aceite definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

13. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

O objeto deste estudo trata de um conjunto de bens e serviços inter-relacionados, cuja execução deve ser realizada pelo mesmo fornecedor, a fim de que o funcionamento adequado do ambiente e dos recursos computacionais, junto ao conhecimento consolidado de suas características e funcionalidades, garantam um perfeito atendimento ao usuário final.

Devido ao nível de integração dessa tecnologia/serviços, a execução fracionada, prestada por diferentes fornecedores, certamente acarretará incompatibilidades, demoras e, principalmente, graves riscos de segurança, que prejudicarão o suporte aos usuários e, consequentemente, à prestação jurisdicional.

Além disso, a centralização da responsabilidade em uma única empresa CONTRATADA facilita o acompanhamento de problemas e soluções e a verificação das suas causas e atribuição de responsabilidades, aumentando, consequentemente, o controle sobre a execução do objeto licitado. Além de não ser economicamente vantajoso, conforme esclarecimento a seguir, restando enquadrada nos termos do art. 6º, XIII combinado com art. 47, II e §1º, todos da nova Lei Federal nº 14.133/2021:

Além disso, neste mercado é comum a obtenção de melhores condições comerciais quanto maior o volume adquirido de fornecedor. Impende destacar que habitualmente, neste



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP SERVIÇOS DE TIC

Processo: 2025-06280843

mercado, o fabricante fornece maiores descontos a parceiros que possuem um melhor relacionamento com o canal.

A existência de tarefas comuns em diversas atividades permite também a economia de recursos na prestação dos serviços, já que o mesmo prestador pode executar atividades de serviços diferentes, o que tende a reduzir o custo da contratação.

Dessa forma, considerando os princípios de eficiência e economicidade, bem como a necessidade de garantir a integridade e a continuidade dos serviços, optou-se por uma contratação unificada em um grupo de itens, ficando evidente que o parcelamento do objeto não traz vantagem. Essa abordagem permite não apenas uma gestão mais eficaz e coesa dos serviços prestados, mas também assegura a manutenção da qualidade e da segurança do Tribunal.

14. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO

- Continuidade do serviço sem interrupção.
- Economia de recursos.
- Evita a necessidade de substituição de equipamentos.

15. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Não aplicável.

16. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não há contratações concomitantes ou pré-requisitos operacionais vinculados a esta aquisição. Ademais, nenhuma contratação anterior é necessária para a conclusão efetiva deste processo.

17. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

A contratada deverá cumprir, no que couber, as orientações da Instrução Normativa nº 01/2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI/MPOG), referente aos critérios de Sustentabilidade Ambiental, bem como disposições do Guia Nacional de Contratações"

18. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A CONTRATAÇÃO

Em observância ao disposto no § 2º do art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como a Resolução CNJ 468/2022, conclui-se:

(X) **SER** adequada a contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

() **NÃO SER** adequada a contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP SERVIÇOS DE TIC

Processo: 2025-06280843

19. RESPONSÁVEIS

A Equipe de Planejamento da Contratação foi instituída pela Portaria nº 237/2026 publicada no DJERJ em 16/03/2026.

Integrante Requisitante
Paulo Roberto Camargo da Cruz
Matrícula 15069

Integrante Técnico
Alexandre José Pereira da Silva
Matrícula 32023

Integrante Administrativo
Elenice Seabra Serrano Silveira
Matrícula 27950

20. APROVAÇÃO E DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

Aprovo, na qualidade de autoridade máxima da área de TIC, o presente Estudo Técnico Preliminar e atesto sua conformidade às disposições da Resolução CNJ 468/2022.

Secretário-Geral de Tecnologia da Informação – SGTEC
Daniel de Lima Haab
Matrícula 5007390

Rio de Janeiro, na data da assinatura digital.